



VIAGEM FILOSOFICA

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA

VIAGEM FILOSOFICA

pelas capitânicas do
Grão Pará, Rio Negro,
Mato Grosso e Cuiabá

1783 - 1792

ICONOGRAFIA
Volume I:
GEOGRAFIA — ANTHROPOLOGIA

CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

RIO DE JANEIRO

1971

R-114
709 811
F. 333
0.1

INTRODUÇÃO

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia em 27 de abril de 1756. Após receber seus primeiros ensinamentos, ingressou na carreira eclesiástica, sendo-lhe conferido as primeiras ordens clericais em 20 de setembro de 1768, matriculando-se, logo a seguir, na Cadeira de Instituta Universidade de Coimbra. Nessa Universidade exerceu a função de Preparador de História Natural, até o seu regresso para Lisboa em 15 de julho de 1778, época em que foi indicado por Domingos Vandelli para cumprir missão de ultramar, a pedido de Martinho de Mello e Castro, Ministro e Secretário de Estado de Negócios e Domínios Ultramarinos. Antes de iniciar sua nova tarefa, realizou trabalho sobre a Mina de Carvão de pedra de Buarcos.

Em Janeiro de 1779 doutorou-se pela Universidade de Coimbra, passando a trabalhar no Real Museu D'Ajuda, posto que manteve até 1783. A Real Academia das Ciências de Lisboa acolheu-o como membro correspondente em 22 de maio de 1780.

Nomeado em princípios de 1783, "para na qualidade de naturalista", segundo nos afirma Manoel José Maria da Costa e Sá (1818), empreender a **VIAGEM FILOSÓFICA PELAS CAPITANIAS DO GRAO-PARÁ, RIO NEGRO, MATO GROSSO E CUIABÁ**, no reinado de Dona Maria I, partiu para Belém do Pará, em setembro de 1783, na charrua Águia e Coração de Jesus, com a missão de recolher e aprontar todos os produtos dos três reinos da natureza que encontrasse e remetê-los ao Real Museu de Lisboa, bem como fazer particulares observações filosóficas e políticas acerca de todos os objetos da viagem.

Chegando ao Pará em outubro, iniciou seus estudos pela grande Ilha de Joannes ou Marajó, indo a seguir a Cametá, Baixo, Pederneiras e Alcobaça. Em fins de 1784 partiu para o Rio Negro, que percorreu até a fronteira, regressando para subir o Rio Branco até a Serra de Canauaru ou Nevada, retornando a Barcelos, então capital da Capitania de São José do Rio Negro.

Em fins de agosto de 1788 deixou Barcelos para subir o Rio Madeira e, a seguir o Guaporé, atingindo Vila Bela, a capital de Mato Grosso, em 1789 após 13 meses de viagem, durante a qual foi acometido de severa malária. Seguiu para a Vila de

Cuiabá em 27 de junho, descendo pelo rio deste nome ao de São Lourenço e Paraguai.

Retornando ao Pará, chegou a Belém em janeiro de 1792, a fim de regressar a Portugal. Ao saber que nada havia sido pago ao capitão Luiz Pereira da Cunha, que remetera todo o material da expedição para a Corte, despesa essa considerável, com a qual, segundo ele, poderia dotar uma filha, afirmou Alexandre Rodrigues Ferreira àquela autoridade: "Isso não servirá de embaraço a seu casamento; eu serei quem receba essa sua filha por mulher." E assim o fez, casando com Dona Germana Pereira de Queiroz Ferreira em 16 de setembro de 1792.

Regressou a Lisboa em janeiro de 1793, sendo nomeado Oficial da Secretaria, Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos. No ano seguinte foi condecorado com a Ordem de Cristo em 25 de julho e assumiu o cargo de Diretor interino do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico em 7 de setembro. Passou a Vice-Diretor em 11 de setembro de 1795, ano em que foi designado, ainda, Administrador das Reais Quintas e posteriormente Deputado da Real Junta de Comércio.

Já no fim de sua vida, em 24 de julho de 1807 lhe foi dado propriedade de um Ofício na Alfândega do Maranhão. Faleceu em Lisboa a 23 de abril de 1815.

Acompanharam Alexandre Rodrigues Ferreira, na "Viagem Filosófica", dois desenhistas: Joaquim José Codina e José Joaquim Freire, além do jardineiro botânico Joaquim do Cabo.

Em julho de 1815 foram entregues a Felix de Avelar Brotero, por Dona Germana, para ser conservado no Real Museu de Ajuda, os papéis e manuscritos, pertencentes a Viagem, devidamente catalogados por Antônio de Azevedo Coutinho, com 18 fôlhas não numeradas.

A fim de que o Conselheiro Manoel José Maria da Costa e Sá, opinasse sobre a publicação do acervo deixado por Alexandre Rodrigues Ferreira, foram os manuscritos, desenhos, plantas e demais papéis da Viagem Filosófica transferidos para a Real Academia das Ciências.

Com intuito de dar divulgação à obra, deveriam os manuscritos vir para o Brasil, segundo se

diz, por ordem do Governo Português. A história da vinda desses manuscritos e de sua completa debandada, segundo Alfredo do Valle Cabral (1876) "é bem curiosa, mas não cabe aqui narrá-la: acresce que, contá-la equivaleria a ofender sem dúvida algumas dezenas de suscetibilidades, e tal não é o nosso intuito". O Ministro do Brasil em Lisboa, Antônio de Menezes Vasconcellos Drummond, enviou para o Rio de Janeiro cinco volumes que encerraram 912 estampas, acreditando-se que tôdas elas foram copiadas dos originais ainda em vida de Alexandre Rodrigues Ferreira e provavelmente, sob sua direção, no Real Museu da Ajuda, e passam, por conseguinte, na opinião de Valle Cabral, como autênticas. Outros códices, segundo ainda Valle Cabral, "uns todos escritos da própria mão do autor e outros por letra de seu amanuense, mas que trazem correções e acrescentamentos do próprio punho do naturalista, ou sua assinatura autografa", também acham-se na Seção de Manuscritos de nossa Biblioteca Nacional.

Ao todo, foram encontrados, no inventário original de Antônio Azevedo Coutinho, 57 obras: Memórias, Notícias, Diários de Viagem, Prospectos, Relações, Observações Gerais, Descrições etc. pertencentes à "Viagem Filosófica". Além dessas, incluem-se 17 outras não pertencentes à "Viagem" e 29 outras, que embora, sem indicação do nome de Alexandre Rodrigues Ferreira, não trazem a de nenhuma outro autor, sendo que pela natureza e outros argumentos se devem atribuir ao naturalista, segundo Manoel José Maria da Costa e Sá (1818), totalizando 103 obras, das quais 86 poderão ser consignadas à "Viagem Filosófica". José Honório Rodrigues (1925), registra 89 obras atribuídas a Alexandre Rodrigues Ferreira, além de 44 cartas, requerimentos, ofícios, representações, solicitações, memórias etc. e mais 69 documentos sobre as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira e 9 documentos em manuscrito, pertencentes a outras instituições brasileiras ou de localização desconhecida, num total de 211 trabalhos, referindo-se à "Viagem Filosófica" até 1952.

Segundo José Honório Rodrigues (1952) "a publicação das obras de Alexandre Rodrigues Ferreira é um ideal longamente mantido pelos melhores espíritos da cultura brasileira". Nesse senti-

do, a Câmara dos Deputados, pelo Projeto n° 629 de 17 de outubro de 1949, abriu um crédito de Cr\$ 500,00 destinado à reprodução, pelo Ministério da Educação e Cultura, dos manuscritos da "Viagem Filosófica". Novamente o Projeto n° 560 de 4 de junho de 1951, do Congresso Nacional, mandou abrir, no Ministério da Educação e Cultura, um crédito de um milhão e quinhentos mil cruzeiros antigos, a serem distribuídos em parcelas de 300 mil cruzeiros durante 5 anos, para imprimir as obras completas do naturalista, através de proposição dos deputados Coutinho Cavalcanti, Afonso Arinos de Melo Franco e Nelson Carneiro. A Lei n° 1.706, de 22 de outubro de 1952, também autorizou o Poder Executivo a imprimir as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira. Nenhuma dessas iniciativas foi coroada de êxito.

A Comissão do Ministério da Educação e Cultura que tinha a seu cargo a organização das obras do naturalista, conforme Portaria n° 241, de 2/8/55, *ex vi* da Lei n° 1.706, tendo em conta o interesse demonstrado pelo então Diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Professor Olympio Ribeiro da Fonseca Filho, em avocar para este Instituto o empreendimento, assim como a capacidade científica e financeira do INPA para realizá-lo, resolveu propor ao MEC fôsse dada por finda a atividade da Comissão e deferida a pretensão do Instituto. Tal fato foi aceito pelo Ministro e comunicado ao INPA pelo ofício n° 983/55, de 20/12/55. Composta dos Professores João Ribeiro Mendes, George Agostinho da Silva e Glória Marly Duarte Nunes de Carvalho Fontes, procedeu o inventário dos códices, não tendo, todavia, continuado o trabalho, por escassez de recursos.

Coube ao Conselho Federal de Cultura retomar essa determinação, tantas vezes projetada e não executada, salvo casos especiais, em que algumas monografias ou memórias foram reproduzidas em publicações brasileiras. Esse o fundamento da presente edição.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1970.

José Candido de Melo Carvalho, Ph. D.

Professor Titular — Museu Nacional

PREFÁCIO

ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA, cuja obra científica o Conselho Federal de Cultura começa a divulgar em edição comentada, foi a maior figura de pesquisador de campo de que, no período colonial, o Brasil se pode orgulhar. Expressão de inteligência pragmática, voltara-se para o exame da realidade física, natural, da Pátria que se elaborava na Sulamérica. Elaborava pela ação política de Portugal e pela realização efetiva, direta, objetiva, dos que aqui haviam nascido e constituíam sociedade, promoviam o crescimento territorial e a potencialidade econômica, realidade física, natural, que constituía ainda uma incógnita, três séculos decorridos da empresa colonizadora que se iniciara com a presença da frota de 1500. Eminentemente homem de ciência, era um dos participantes mais decididos daquela geração de brasileiros em evidência na Europa. Falamos em geração brasileira em evidência na Europa. Exato. Porque, na verdade, o grupo brasileiro, nas letras, na própria administração metropolitana, no campo das preocupações do espírito mais diretamente ligados, não ao cristianismo puro, mas à indagação da natureza em si mesma, constituíra-se, naquele momento, o grupo mais atuante na reformulação dos quadros da inteligência portuguesa. Participáramos da reestruturação dos estudos universitários, a "Reforma" de Pombal. Essa Reforma atendera, em grande parte, a anseios que se registravam e de que fôra o porta-voz mais autorizado o famoso José Antonio Vaz, nesse particular, assimile-se, a bem da verdade, não um pioneiro, pois que essa posição caberia mais justamente aos Oratorianos, a Bluteau, Rafael Bluteau, o erudito de tanta nomeada, mas um autêntico pregoeiro da nova ordem cultural, dos anseios coletivos na crítica violenta por que arremetera contra o ensino jesuítico, que dominava e sofreria a acusação de ser a força impeditiva de Portugal restituir-se ao pensamento que sacudia a Europa às vésperas da grande revolução.

É tempo, a propósito dessa nossa contribuição, de lembrar que Portugal perdera o impulso que o levara a comandar a europeização da terra. Diminuíra sensivelmente aquela contribuição admirável que ele proporcionara ao conhecimento do mundo em descobrimento, mundo de que revelara a natureza física e social, através do encontro, dirigido cientificamente, de naturezas exóticas, socie-

dades também exóticas, culturas, línguas, religiões, usos e costumes, instituições, num conjunto de contribuições, únicas na história universal até então escrita com o sangue e a decisão de todos os povos europeus. Perdera, sem que pudesse ter conteúdo respeitável a explicação fantasiosa de que aos povos ibéricos faltavam os ímpetus e as condições para a empresa científica. Porque aquela contribuição assumira proporções tão agigantadas que a fórmula, negativa da existência de um espírito científico na Península, não podia ser aceita. Portugal, na europeização da terra, assegurara, com a expansão ecumênica, o enriquecimento da cultura europeia. A Renascença não era, portanto, unicamente uma resultante do retôrno ao passado, na descoberta e retomada dos temas clássicos, da antiguidade, mas, fundamentalmente, uma consequência daquela revolução geográfica, comercial, espiritual. Uma lenda negra descera, depois, sobre a Ibéria, acusando-a de incapaz para a empresa científica, como antes pretendia-se concluir no tocante à empresa colonial.

A geração brasileira estava, a essa altura, integrada por homens da estirpe de D. Francisco de Lemos, o Reitor da Universidade que êle reformava com decisão e alta dose de conhecimentos pedagógicos, seu irmão João Ramos, João da Silva Feijó, Antonio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, Diogo de Toledo Lara e Ordonhes, José da Silva Lisboa, Azeredo Coutinho, Antonio Pereira de Souza Caldas, José Arcoche Lara e Ordonhes, Joaquim Veloso, a que se seguiria, ininterruptamente, a de Valente do Couto, José Bonifácio de Andrade e Silva, Ferreira da Câmara, Arruda Câmara, José Manoel de Siqueira, José de Sá Bitencourt Acioly, Francisco de Melo Franco, José Vieira Couto, Feliciano Bitencourt, Pizarro e Araujo. Essa geração distinguia-se, na Universidade, pela atuação discente, vigorosa. Perseguiria, depois, a preocupação espiritual de um exercício nas letras e nas ciências, e no que já poderíamos denominar de contribuição brasileira para o "iluminismo" universal, caracterizando a nossa presença pelo estudo da natureza, do meio social, dos grupos sociais e das atividades econômicas. Iluminismo que iria permitir, aos próprios brasileiros, o conhecimento mais pormenorizado e útil de sua própria Pátria, no que era necessário saber para a política.

que se deveria adotar, visando a seu desenvolvimento e a sua participação mais intensa e liberta de conveniências negativas no processo mundial de progresso e de bem-estar. E se formos ao exame do que essa contribuição significava na ação administrativa de governo bastaria assinalar que já ocorrera a presença de Alexandre de Gusmão, secretário do Rei e a figura central de toda a política exterior, renovada no tocante à vizinhança, na Sulamérica, entre os povos de cepe peninsular, que exerciam soberania europeia mas, de quando em quando, terçavam armas na disputa de direitos e de vantagens territoriais. Na Metrópole e nas outras áreas do Império, brasileiros exerciam postos na administração.

Portugal, depois das reformas pombalinas, como no decorrer delas, e sob o influxo de toda a novidade que sacudia a Europa, ia, aos poucos, tomando posição no mundo da cultura em termos de contato mais direto com aquelas novidades, com o sentido utilitário da vida e o interesse pelo que a natureza, em si mesma, oferecia à sua investigação. O século XVIII, acimado de século de "crise mental", pela gestação de ideologia e atividades criadoras em conflito com aquele pensamento meio estático da centuria anterior, estava levando Portugal a restituir-se à Europa, o que não significaria, é tempo de registrar, que durante tanto tempo, na verdade, estivesse de todo ausente, como se pode verificar do ensaio magnifico de Silva Dias, "Portugal e a Cultura Europeia", que vale como a melhor evidenciação dos exagentes por que se pintou o quadro da decadência.

E dentro dessa preocupação, que já alcançava os escalões do Poder, encerrada aquela fase de uma política de reservas intensas acerca do que representavam os espaços imperiais, atingidos pelos concorrentes, ávidos de empórios para sua aventura colonial e mercantil, principiou o interesse pelo que, realmente, esses espaços valiam, significavam, eram como realidade física. Até então, por esta ou aquela motivação, criara-se, à volta, principalmente das Américas, já que a África ainda não constituía o fundamento das rivalidades e disputas territoriais e econômicas, como sucederia no século XIX, uma idéia falsa, divulgada por expressões da melhor aceitação no comércio das idéias. Antonelo Gerbi, em mais de um ensaio, principalmente, po-

rém, em "La Disputa del Nuevo Mundo", evidenciou essa conduta estranha, falsa, que podia ser considerada como a resultante imediata daquele sigilo intenso que todos os povos haviam adotado, enriquecidos em importancia pelos impérios ultramarinos que possuíam e desfrutavam. Uma informação sensacionalista, mas profundamente negativa, exercia poderosa influência nos espiritos mais atilados, mais enérgicos no tocante ao pensamento que assegurava um dominio quase total sobre as gentes da Europa de quinhentos a oitocentos. O exotismo literário realizava-se na base daquele informativo apoucado, inexato, mas de certo modo saboroso, cheio de interesse para os espiritos que se satisfiziam com novidade exaltada.

Considerado o interesse que se fez preocupação e por fim decisão oficial, tanto Espanha como Portugal iniciaram o esforço com o objetivo de inventariar, sem reservas, a potencialidade de seus ainda imensos espaços imperiais. As expedições científicas que então se organizaram, sob inspiração ou determinação governamental, inscrevem-se nessa deliberação de Estado. Sobre ela escrevemos um pequeno ensaio, sob a denominação geral de "A Viagem Filosófica e as expedições científicas na Ibero-América no Século XVIII", divulgado na revista "Cultura", na fase brilhante de Simeão Leal, em que tentamos indicar o mais evidente naquele propósito e sua execução em operações de campo. Esse esforço não se limitaria, no particular de Portugal, ao Brasil, uma vez que se dirigiu igualmente, e com a cooperação de brasileiros, para a África, que continuava um mundo por descobrir e avaliar. A indagação científica de que a reforma pombalina da Universidade cogitara, criando os experimentalismos como novidade pedagógica, é momento de recordar, insistindo, estava na linha do movimento de inquietação cultural que atingira Portugal e o reconduzira à inteligência pragmática europeia, de que ele, com os descobrimentos, fôra o pioneiro.

O Brasil, fechado à curiosidade dos estrangeiros, permanecia, ampliado em sua extensão territorial ao norte, ao sul e principalmente a oeste, crescia no que diz respeito à contribuição econômica que assegurava, a Portugal, a continuidade que perdera seiva com as sórdidas no Oriente. Imaginara-se mesmo que o açúcar, as pedras preciosas e o ouro das minas gerais, como a especiaria da Ama-



BRASIL

ROTEIRO DE VIAGEM FILOSÓFICA REALIZADA POR ALEXANDRE RODRIGUES
FERREIRA, NUMA DISTÂNCIA APROXIMADA DE 20.372 KM (1983/1996)

zônia, as já famosas "drogas do sertão", se não substituindo totalmente o que desaparecera como contribuição oriental, garantiam a presença portuguesa nos mercados mundiais. Gado, tabaco, algodão, pescado, complementavam aquela produção exportável que regionalizara econômica e socialmente o Brasil, definindo-o, já àquela altura, como continente e ao mesmo tempo arquipélago.

O conhecimento do que importava todo aquele gigantesco império sulamericano, que já estava na cogitação de monarcas e outros homens de Estado em Portugal para a eventualidade de uma transferência da sede da monarquia, em face de sucessos perigosos à estabilidade política e à soberania nacionais, era um conhecimento que não estava registrado em textos divulgados. Havia muita informação, contida nas Anuas e Cartas Jesuíticas e em exposições e comunicados de autoridades civis e militares. A cartografia que resultava da expansão territorial e conseqüente reconhecimento da base física do Brasil, era uma cartografia meio indecisa, incompleta, aqui e ali fixada apenas pela intuição dos cartógrafos, que não dispunham do necessário para o global e muito também para o particular. Os livros que se haviam escrito com a intenção de revelar eram em número inexpressivo. A limitação que se fazia, na área oficial, no tocante à divulgação, era uma limitação total. A censura ao livro operava-se visando ao que pudesse ferir os sentimentos religiosos, o sistema político vigente, o absolutismo de Estado, e ao que permitisse, ao estrangeiro, um conhecimento do império, conhecimento perigoso aos interesses nacionais portugueses. A política do sigilo, nesse particular, continuava em toda plenitude.

Defendia-se o Estado do perigo da literatura em conflito com a ideologia governamental, ou útil aos concorrentes na empresa colonial. Daí porque o livro de Antonil, "O Brasil, por suas Drogas e Minas", fôra mandado apreender, evitando-se sua circulação. Daí porque, se nada obstara a circulação das "Reflexões sobre a Vaidade dos Homens", de Matias Ayres Ramos da Silva d'Eça, confiscava-se o primeiro volume dos "Discursos Políticos e Morais" de Feliciano Joaquim de Souza Nunes, apesar de obra dedicada a Pombal, então o detentor do poder no Reino. As "Cartas Chilenas" tinham circulação clandestina e eram manuscritas.

A imprensa ainda não existia no Brasil. Portugal contrastava, nesse particular, profundamente com Espanha, que autorizara, em seu império, o funcionamento da tipografia, a impressão de livro e de jornal como publicação periódica.

A inteligência brasileira já se arremontava, no entanto, preocupada com a realidade da terra onde nascera e com o seu destino. As Sociedades Literárias, ao estilo da época, serviam à aproximação dos que, em vários pontos da colônia, alimentavam preocupações intelectuais. Nelas estudava-se o Brasil. Estudava-se o Brasil como espaço físico como natureza, como ecumeno. A sociedade em elaboração e em sua ação construtiva, fazendo a história regional, estava na preferência daqueles brasileiros espiritualizados. Uma literatura, que denominamos hoje de academicista, com tôdas as restrições que lhe possamos fazer na análise rigorosa a que a submetemos, escrevia-se com um sentido nacionalista muito expressivo e prenunciante da existência de um estado de consciência, de que alguns movimentos, de rebelião ou de protesto, ocorridos em vários pontos do país, eram a expressão material mais evidente.

Como conseqüência do diploma de 1750, que fixara a fronteira entre as possessões de Portugal e Espanha na Sulamérica, e mandara efetuar as demarcações, turmas de técnicos nacionais e estrangeiros, no norte e no sul haviam principiado o estudo, no terreno, da base física do império brasileiro. Procedeu-se a uma série de observações astronômicas, levantamentos cartográficos, descritivos e geográficos, que incluíam as condições econômicas e humanas da fronteira. Seria o início daquela curiosidade científica ou para-científica a que nos vimos referindo, e característica do momento, nas duas nações da península.

Em 1778, na direção dos negócios para o ultramar, Martinho de Melo e Castro, que se não era um estrangeirado da terminologia empregada para indicar os que se arriscavam a seguir os pensadores e inovadores da Europa em mudança ideológica, era pelo menos um espírito aberto a certas novidades, essenciais, mesmo, numa fase como aquela da "Viradeira", para a continuidade nacional, decidiu proceder, com maior intensidade, àquele inventário do império. O extremo norte do Brasil, onde uma sociedade mestiça e uma vasta experiên-

cia política de integração estava em marcha, constituía área por conhecer.

Essa experiência começara em 1616, quando Francisco Caldeira de Castelo Branco estabeleceu a praça forte do Presépio, que daria origem a Belém, iniciando-se, a seguir, a expansão em direção norte, sul e oeste. A presença portuguesa fôra antecederada pelos holandeses e ingleses, que, ao longo da costa do Amapá e pelo interior da região até cercanias do Tapajós, haviam plantado fortificações e estabelecimentos mercantis, feitorias que significavam, apesar da insignificância material que apresentavam, a decisão de criar ali espaços novos dos impérios que montavam pelos três mundos em descobrimento.

O que foi a empresa portuguesa, realizada com a cooperação da população aborígine, que, através do processo da mestiçagem, permitiu, de certo modo, a rapidez do empreendimento político, levou Joaquim Nabuco à frase famosa — “Nada nas conquistas de Portugal sobreleva a conquista do Amazonas”. Realmente, com a participação de seis Ordens Religiosas, colonos vindos do Reino e do Nordeste, soldados, servidores civis do Estado, a velocidade da irradiação deu margem à formação de um imenso espaço sob soberania de Portugal, em conflito com os interesses territoriais da Espanha, que sustentava a validade do Tratado de Tordesilhas, pelo qual aquele pedaço do Novo Mundo lhe pertenceria de pleno direito. Aldeamentos religiosos, onde foi nucleada a multidão gentia, pequenos sítios de colonos, que se lançavam sem receios maiores à exploração do que a floresta lhes rendia, a floresta e o próprio rio, piscoso e fonte de alimentação imediata e fácil, fortins, constituíram o fundamento material do domínio ininterruptamente promovido, de modo a permitir que em 1750 e em 1777, Portugal pudesse sustentar suas razões para justificar o empossamento da região e sua permanência ali. Em quatro livros, pretendi esboçar as linhas centrais dessa experiência de integração — “A Política de Portugal no Vale Amazônico”, “Estadistas Portugueses na Amazônia”, “Tempo e Vida na Amazônia” e “Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia”.

E se de um lado, no processo político de domínio e de exercício de soberania, Portugal organiza-

ra administrativamente o extremo norte, dando-lhe certa autonomia e desligando-o do Estado do Brasil para compor o Estado do Maranhão e Grão-Pará, posteriormente denominado Estado do Grão-Pará e Maranhão, de outro, sobre ele fizera descer sua atenção, mais significativa do interesse que tinha em sua permanência, fazendo-o estudar ou permitindo que esse estudo fôsse realizado, estudo que importava num primeiro inventário de suas peculiaridades geográficas, humanas, econômicas e características, tão singulares, de sua natureza. Será suficiente lembrar a obra de frei Cristóvão de Lisboa sobre a flora e a fauna amazônicas, recentemente editada pelo Instituto da Alta Cultura, a “História dos Animais e Árvores do Maranhão”.

O trabalho de frei Cristóvão foi elaborado em fins do século XVII, justamente o século que trouxera Portugal à Amazônia. No seguinte, no decorrer dos trabalhos das demarcações dos limites com os territórios espanhóis, nas instruções baixadas aos que vinham realizar a grande operação, havia uma preocupação intensa para que fôsse sendo inventariada a realidade física regional. José Antônio Landi, professor italiano, a cuja atuação de tanto relevo devemos os melhores monumentos arquitetônicos da capital paraense, enamorando-se do que a natureza amazônica proporcionava como exotismo e novidade, seguiu as pegadas de frei Cristóvão, e escreveu uma “História Natural do Pará”, que permanece inédita na Biblioteca da cidade do Porto. Um imenso levantamento cartográfico, acompanhado de vasta informação geográfica, fôra realizado, na oportunidade, como se pode verificar de “A Cartografia da Amazônia”, de Isa Adonias, e do segundo volume de “Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira”, de minha autoria.

Quando, por tudo isso, em 1778, um naturalista brasileiro, o baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, foi chamado, por indicação de seu antigo mestre, Domingos Vandeli, que tinha a seu cargo a parte da Reforma Universitária, no particular das ciências naturais, o extremo-norte da colônia não constituía um mundo totalmente ignorado. O que se desejava agora, evidentemente, era a investigação mais conduzida dentro de uma técnica científica, que cobrisse os mais variados ângulos da imensa região.



AVISO

**DEVIDO AO TAMANHO ORIGINAL DO DOCUMENTO.
NÃO FOI POSSÍVEL DISPONIBILIZAR O SEU CONTEÚDO
NA ÍNTEGRA. PARA TER ACESSO AO ARQUIVO DIGITAL
COMPLETO, POR FAVOR, ENTRAR EM CONTATO COM A
GERÊNCIA DE ACERVOS DIGITAIS NO
CENTRO CULTURAL DOS POVOS DA AMAZÔNIA.**

FONE: (92) 2125-5330

FAX: (92) 2125-5301

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



**CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA**